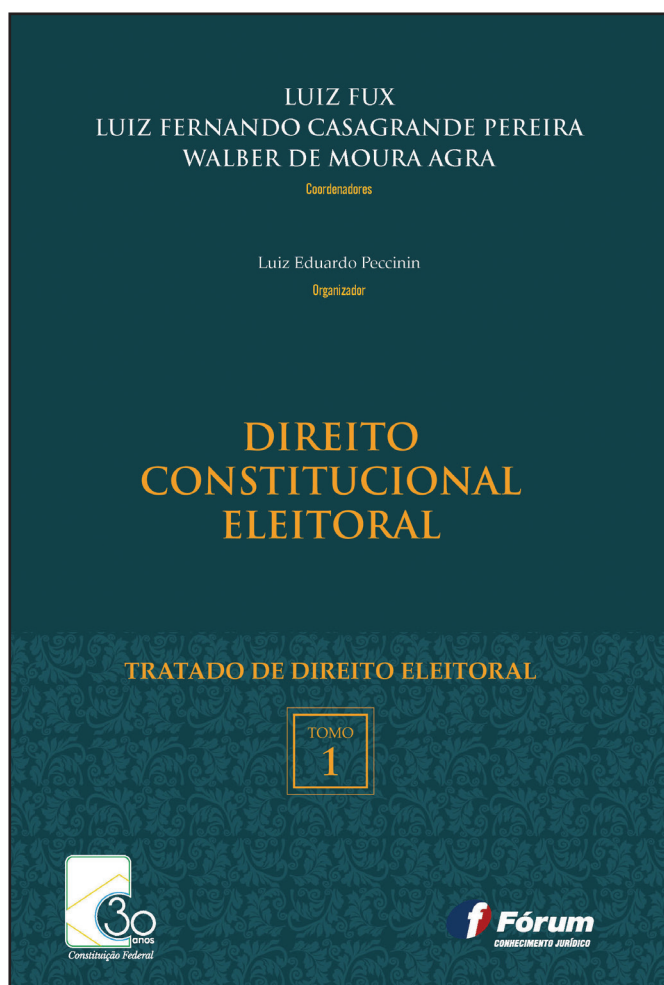




Ano após ano, o Direito Eleitoral vem acentuando sua autonomia acadêmica no Direito brasileiro e colocando-se no centro dos grandes debates nacionais. O *Tratado de Direito Eleitoral* representa a mais ambiciosa coleção de doutrinas em Direito Eleitoral no Brasil. A coletânea, que conta com a contribuição de mais de duzentos autores, compilou os principais estudos acerca dos mais atuais debates deste ramo do Direito, sistematizando-os em oito grandes temas: *Direito Constitucional Eleitoral, Direito Partidário, Elegibilidade e Inelegibilidades, Propaganda Eleitoral, Financiamento e Prestação de Contas, Direito Processual Eleitoral, Abuso de Poder e Perda de Mandato e Direito Penal e Processo Penal Eleitoral*. Assim, o *Tratado de Direito Eleitoral* vem para se tornar a principal fonte de pesquisa acadêmica e profissional em Direito Eleitoral existente até hoje.

LUIZ FUX
LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA
WALBER DE MOURA AGRA
Coordenadores

Luiz Eduardo Peccinin
Organizador

Comissão Científica

Roberta Maia Gresta
Frederico Franco Alvim
João Andrade Neto

Comissão Executiva

Maitê Chaves Marrez
Paulo Henrique Golambiuk
Waldir Franco Félix Júnior

VOLUME 1
**DIREITO CONSTITUCIONAL
ELEITORAL**

COLEÇÃO
**TRATADO DE
DIREITO ELEITORAL**

Área específica
Direito Eleitoral

Áreas afins
Direito Constitucional, Direito Político e
Parlamentar, Ciência Política

Público-alvo/consumidores
Acadêmicos, advogados, servidores da Justiça
Eleitoral, juízes e promotores eleitorais

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm
CÓDIGO: 10001390

D597 Direito Constitucional Eleitoral / Luiz Fux, Luiz Fernando Casagrande Pereira, Walber de Moura Agra (Coord.); Luiz Eduardo Peccinin (Org.). – Belo Horizonte : Fórum, 2018.

575 p.
Tratado de Direito Eleitoral
V. 1

ISBN da Coleção: 978-85-450-0495-0
ISBN do Volume: 978-85-450-0496-7

1. Direito Eleitoral. 2. Direito Constitucional. 3. Direito partidário. 4. Ciência Política. I. Fux, Luiz. II. Pereira, Luiz Fernando Casagrande. III. Agra, Walber de Moura. IV. Peccinin, Luiz Eduardo. V. Título.

CDD 341.28
CDU 342.8

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FUX, Luiz; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; AGRA, Walber de Moura (Coord.); PECCININ, Luiz Eduardo (Org.). *Direito Constitucional Eleitoral*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 575 p. (Tratado de Direito Eleitoral, v. 1.) ISBN 978-85-450-0496-7.

LUIZ FUX

Ministro do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Professor catedrático de processo civil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em Direito Processual Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Membro da Academia Brasileira de Filosofia. Presidente da Comissão de Juristas do Novo Código de Processo Civil.

LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA

Advogado. Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É professor de processo civil da Pós-Graduação do Instituto Romeu Bacellar e de outras instituições. Foi membro consultor da Comissão de Reforma do Código de Processo Civil do Conselho Federal da OAB. É autor, ainda, de inúmeros artigos, cursos e palestras na área do Direito Processual Civil e do Direito Empresarial. Compõe o Conselho Científico de diversas revistas jurídicas. Atualmente é Conselheiro titular do Conselho Seccional na OAB-PR. Membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP).

WALBER DE MOURA AGRA

Advogado e Procurador do Estado de Pernambuco. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco/Università degli Studio di Firenze. Pós-Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Montesquieu Bordeaux IV. Professor Visitante da Universidade Montesquieu Bordeaux IV (2008). Visiting Research Scholar of Cardozo Law School. Diretor e Membro Fundador do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais. Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco. Professor visitante da Universidade de Bari - Itália. Professor do Centro Didático Euro Americano (CEDEUAM) da Università Del Salento. Membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP).

LUIZ EDUARDO PECCININ (Organizador)

Advogado. Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Especialista em Direito Eleitoral pela Universidade Positivo. Vice-Presidente do IPRADE – Instituto Paranaense de Direito Eleitoral. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). Coordenador Executivo do curso de Pós-Graduação em Direito Eleitoral da Universidade Positivo e do Curso de Pós-Graduação *In Company* em Direito Eleitoral UP e TRE/PR. Membro da Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraná.

Sumário:

PARTE I

DIREITO CONSTITUCIONAL ELEITORAL

CAPÍTULO 1

UM OLHAR HERMENÊUTICO SOBRE O DIREITO ELEITORAL

LENIO LUIZ STRECK.....	17
1.1 Introdução	17
1.2 O (Novo) CPC e o direito eleitoral: sobre a necessidade de pensar o direito como um todo	18
1.3 Sobre o problema do ativismo no direito eleitoral: ou de quando o direito não é mais a “régua”	22
1.4 Da “teoria” para a “prática”: ou de como não há nada tão prático como uma teoria	24
1.5 Considerações finais.....	27
Referências.....	28

CAPÍTULO 2

INTERCONEXÕES DO DIREITO ELEITORAL COM O DIREITO CONSTITUCIONAL

EMILIANE ALENCASTRO.....	29
2.1 Introdução	29
2.2 A força da supremacia constitucional e dos demais instrumentos de defesa da hierarquia normativa	29
2.3 A construção do direito eleitoral pátrio à luz da história das constituições do Brasil	33
2.4 O tratamento do direito eleitoral sob a égide da Constituição de 1988.....	40
2.5 Conclusão	44
Referências.....	44

CAPÍTULO 3

DIÁLOGOS EM TORNO DE UM CONCEITO INDETERMINADO?

AS INELEGIBILIDADES, O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O CONGRESSO NACIONAL

MIGUEL GUALANO DE GODOY, EDUARDO BORGES ESPÍNOLA ARAÚJO	49
3.1 Introdução	49
3.2 A natureza jurídica das inelegibilidades.....	51
3.3 A interpretação judicial das inelegibilidades	55
3.4 O diálogo institucional sobre as inelegibilidades	60
3.5 Considerações finais.....	64
Referências.....	65

CAPÍTULO 4

CONSTITUCIONALISMO E SOBERANIA POPULAR: FUNDAMENTOS DO DIREITO ELEITORAL DEMOCRÁTICO

BRUNO GALINDO	67
4.1 Introdução: as relações entre direito eleitoral e democracia	68
4.2 O antagonismo democracia x ditadura em Karl Popper	69
4.3 Os graus de autoritarismo e de democracia nos regimes políticos segundo Szmolka Vida	70
4.4 Constitucionalismo em regimes autoritários e democráticos: comparações possíveis.....	77
4.5 Constitucionalismo e conformação do processo político segundo Karl Loewenstein	78
4.6 Fundamentos de um direito eleitoral democrático	81
4.7 Conclusão: por um direito eleitoral a serviço da soberania popular.....	89
Referências.....	90

CAPÍTULO 5

REVISITANDO O DIREITO ELEITORAL: DIREITOS FUNDAMENTAIS, DEMOCRACIA E O NOVO CONSTITUCIONALISMO

LUIZ FUX, CARLOS EDUARDO FRAZÃO	93
5.1 Considerações iniciais	93
5.2 O marco teórico: o novo direito constitucional	94
5.3 A releitura do direito eleitoral à luz da axiologia constitucional	96
5.3.1 Levando a liberdade de expressão a sério	96
5.3.2 A deferência à soberania popular sem olvidar dos cânones de moralidade da Lei da Ficha Limpa.....	101
5.3.3 Proporcionalidade e razoabilidade	104
5.4 Conclusões.....	108

PARTE II

ABRANGÊNCIA DOS DIREITOS POLÍTICOS

CAPÍTULO 1

A DEMOCRACIA E A RESTRIÇÃO AOS DIREITOS POLÍTICOS

NÉVITON GUEDES	111
1.1 As eleições e a democracia	111
1.2 O poder de limitar a cidadania também encontra limites	115

CAPÍTULO 2

DIREITOS POLÍTICOS E SUAS RESTRIÇÕES

FERNANDO NEVES DA SILVA, CRISTINA MARIA GAMA NEVES DA SILVA.....	121
Referências.....	138

CAPÍTULO 3

O SACRIFÍCIO DOS DIREITOS POLÍTICOS ATRAVÉS DA PENA DE INELEGIBILIDADE

VÂNIA SICILIANO AIETA.....	141
3.1 Apresentação.....	141
3.2 O asseguramento constitucional dos direitos políticos	143
3.3 A necessária distinção entre ativismo judicial e judicialização da política.....	149
3.4 O sacrifício dos direitos políticos através da pena de inelegibilidade.....	151
3.5 Conclusões.....	154
Referências.....	160

CAPÍTULO 4

DIREITOS POLÍTICOS DAS PESSOAS JURÍDICAS?

ADRIANO SANT'ANA PEDRA.....	165
4.1 Introdução	165
4.2 Povo e cidadania.....	165
4.3 Participação de pessoas físicas e jurídicas nas decisões da <i>polis</i>	168
Referências.....	173

CAPÍTULO 5

SUFRÁGIO, VOTO E SISTEMA ELEITORAL NO BRASIL: DESCAMINHOS E CAMINHOS DA INCLUSÃO POLÍTICA

FILOMENO MORAES	175
5.1 Introdução	175
5.2 Sufrágio, voto e sistema eleitoral no constitucionalismo brasileiro	177
5.2.1 A Constituição de 1824	177
5.2.2 A Constituinte de 1890/1891 e a Constituição de 1891.....	179
5.2.3 A Constituinte de 1933/1934 e a Constituição de 1934.....	181
5.2.4 A Constituinte e a Constituição de 1946	182
5.2.5 O Congresso Constituinte e a Constituição de 1988.....	183
5.3 Algumas considerações sobre o processo eleitoral brasileiro	185
5.4 O “eterno retorno” da reforma política e o sistema eleitoral	187
5.5 Considerações finais.....	188
Referências	189

CAPÍTULO 6

FUNDAMENTOS DA DEMOCRACIA E O VOTO FACULTATIVO

MARCO ANTÔNIO MARTIN VARGAS, RICHARD PAE KIM	193
6.1 Introdução	193
6.2 Democracia, participação política e seus fundamentos – Uma resenha descritiva	194
6.3 Cidadania e sufrágio	196
6.4 O voto e sua natureza jurídica – Direito e/ou dever?	199
6.5 Debates sobre os argumentos	201
6.6 Considerações finais.....	205
Referências.....	206

CAPÍTULO 7

O VOTO NULO E SEUS EFEITOS: UM ENSAIO SOBRE A (FALTA DE) LUCIDEZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TSE

JOÃO ANDRADE NETO.....	209
7.1 Introdução	209
7.2 Os votos originariamente nulos	212
7.2.1 Votos originariamente nulos por erro do eleitor	214
7.2.2 Votos originariamente nulos por vontade do eleitor	215
7.2.3 O direito de votar nulo como um direito fundamental	218
7.3 O sistema de invalidades eleitorais e de defesa da autenticidade das eleições.....	219
7.3.1 Votos anulados.....	220
7.3.2 Votos nulificados	221
7.4 Invalidade e renovação das eleições	221
7.5 A jurisprudência atual do TSE.....	224
7.6 A separação entre duas categorias de votos nulos: um caso de mutação legal	226
7.6.1 A evolução da jurisprudência do TSE	227
7.6.2 O problema do RMS nº 23.234 e do §7º do art. 77 da CRFB/88.....	230
7.7 Conclusão: afinal, votar nulo pode anular uma eleição?	233
Referências.....	234

CAPÍTULO 8

DE ONDE VIEMOS, QUEM SOMOS, PARA ONDE VAMOS? UM BREVE RELATO ACERCA DO PERCURSO DA CIDADÃ BRASILEIRA, DESDE O ACESSO AO VOTO ATÉ SEU *STATUS QUO* NO CENÁRIO JURÍDICO CONTEMPORÂNEO

CARLA PINHEIRO, GINA POMPEU	239
8.1 Introdução	239
8.2 De onde veio e como nasceu e se materializou a luta pela paridade de acesso ao poder político entre homens e mulheres?	240
8.3 Quem somos: a incursão da cidadã brasileira no cenário da política nacional	243
8.4 Entre onde estamos e para onde vamos: as conquistas e perspectivas da mulher na política brasileira	244
8.5 Conclusão	247

PARTE III

DE UMA JUSTIÇA SIMBÓLICA À ASPIRAÇÃO CONCRETIVA

CAPÍTULO 1

JUSTIÇA ELEITORAL BRASILEIRA: HISTÓRICO, FUNÇÕES E POSSÍVEIS PROPOSTAS DO DIREITO COMPARADO PARA A REVITALIZAÇÃO DO MODELO DE ORGANISMO ELEITORAL

WALDIR FRANCO FÉLIX JÚNIOR.....	251
1.1 Considerações iniciais: a Justiça Eleitoral como manifestação mais direta do ativismo judicial brasileiro?	251
1.2 Justiça Eleitoral brasileira: razões da atual estruturação e exemplos de inovação no ordenamento jurídico	252
1.3 Organismos eleitorais e propostas para uma atuação judicial contida	258
1.4 Conclusões.....	262
Referências.....	263

CAPÍTULO 2

NORMATIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES: A JUSTIÇA ELEITORAL DETÉM FUNÇÕES LEGISLATIVAS?

ELAINE HARZHEIM MACEDO	265
2.1 Introdução	265
2.2 As tradicionais e as nem tão tradicionais funções da Justiça Eleitoral	267
2.3 As novas funções do Poder Judiciário <i>versus</i> Justiça Eleitoral.....	272
2.4 Juízo legislativo e o grau de discricionariedade nas respostas dadas pela lei ao processo eleitoral <i>ou</i> a opção de não legislar.....	275

2.5	Considerações finais.....	280
	Referências.....	281
CAPÍTULO 3		
DIREITO JUDICIAL E JUSTIÇA ELEITORAL: A JUDICIALIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES NO BRASIL		
	EDUARDO MEIRA ZAULI.....	283
	Referências.....	302
CAPÍTULO 4		
A FORMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA ELEITORAL: NECESSIDADE DE REFLEXÃO E COERÊNCIA		
	ADRIANA SOARES ALCÂNTARA	305
4.1	Introdução	305
4.2	As fontes do direito eleitoral.....	306
4.3	A subsidiariedade no direito eleitoral.....	309
4.4	A jurisprudência como fonte de direito eleitoral.....	310
4.5	Conclusão	319
	Referências.....	320
CAPÍTULO 5		
PODER REGULAMENTAR E TSE: FONTE DO DIREITO ELEITORAL INCONSTITUCIONAL E EXERCÍCIO ABUSIVO DESSE PODER NORMANTE		
	RUY SAMUEL ESPÍNDOLA.....	323
	Referências.....	334
PARTE IV		
PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO DIREITO ELEITORAL		
CAPÍTULO 1		
O PERCURSO ENTRE REGRAS E PRINCÍPIOS		
	BRUNO MENESES LORENZETTO	339
1.1	Introdução	339
1.2	Norma como gênero e o problema da sanção.....	340
1.3	Regra(s) e princípios	344
1.4	Considerações finais.....	351
	Referências.....	353
CAPÍTULO 2		
IGUALITARISMO ELEITORAL: POR UMA FORÇA DE EFEITO ÓTIMA AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NAS COMPETIÇÕES ELEITORAIS		
	MARCELO ROSENO DE OLIVEIRA	355
2.1	Introdução	355
2.2	Os direitos políticos prestacionais na ordem jurídica brasileira.....	357
2.2.1	O financiamento público das atividades político-partidárias.....	357
2.2.2	O acesso gratuito ao rádio e à TV.....	360
2.3	O valor equitativo das liberdades políticas	361
2.4	A compensação das desigualdades no campo das disputas eleitorais.....	366
2.5	Conclusão	375
	Referências.....	376
CAPÍTULO 3		
O PRINCÍPIO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO DIREITO ELEITORAL		
	ALINE OSORIO	377
3.1	Introdução	377
3.2	Um novo marco teórico para a liberdade de expressão.....	379
3.2.1	Por que a liberdade de expressão deve ser tão protegida?	379
3.2.2	Como proteger a liberdade de expressão? A posição preferencial da liberdade de expressão e suas consequências	383
3.2.3	Quando é possível restringir a liberdade de expressão?	387
3.3	A importância da liberdade de expressão no direito eleitoral.....	390
3.3.1	Constitucionalização do direito eleitoral e os princípios constitucionais eleitorais	390

3.3.2	A liberdade de expressão e suas aplicações no direito eleitoral.....	393
3.3.3	A liberdade de expressão e a proibição da propaganda antecipada	395
3.4	Conclusão	401

CAPÍTULO 4

A PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA COMO VETOR DA (I)MORALIDADE NA POLÍTICA: DE PRINCÍPIO À REGRA, NO ABISMO QUE SEPARA O *DEVER SER* DO *SER*

JULIANA RODRIGUES FREITAS, PAULO VICTOR AZEVEDO CARVALHO		403
4.1	Reflexões introdutórias.....	403
4.2	De uma perspectiva teórica.....	404
4.3	...para o abismo que separa o <i>dever ser</i> do <i>ser</i>	408
4.4	Reflexões conclusivas.....	413
	Referências.....	414

CAPÍTULO 5

MANDATO, AUTONOMIA PARTIDÁRIA E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA

FERNANDO GUSTAVO KNOERR.....	415
------------------------------	-----

CAPÍTULO 6

A CRIAÇÃO DO DIREITO PELA JUSTIÇA ELEITORAL E O PRINCÍPIO DA ANUALIDADE

ANDERSON SANT'ANA PEDRA		431
6.1	Introdução	431
6.2	Segurança jurídica como finalidade do Estado.....	433
6.2.1	A incerteza no direito.....	434
6.3	Princípio da anualidade eleitoral	434
6.3.1	Conceito, importância e objetivo.....	434
6.3.2	Espécie de direito fundamental.....	436
6.3.3	Força normativa da Constituição	437
6.3.4	Extensão da expressão “processo eleitoral”	438
6.3.5	Validade, vigência e eficácia da norma processual eleitoral	440
6.4	Criação do direito pela Justiça Eleitoral	441
6.4.1	Considerações iniciais.....	441
6.4.2	Função interpretativa da Justiça Eleitoral	443
6.4.3	Estado constitucional e função legislativa	444
6.4.4	Função normativa da Justiça Eleitoral.....	445
6.5	Considerações finais.....	448
	Referências.....	449

CAPÍTULO 7

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ESTRITA NA SEARA ELEITORAL

PEDRO HENRIQUE GALLOTTI KENICKE, ANA CAROLINA DE CAMARGO CLÈVE.....		453
7.1	O princípio da legalidade e a matéria eleitoral	454
7.2	Sobre o poder regulamentar do Tribunal Superior Eleitoral	456
7.3	Reconhecimento jurisprudencial do poder regulamentar.....	460
7.4	Audiências públicas efetivas no poder regulamentar e o respeito ao princípio da legalidade	462
7.5	Conclusões.....	463
	Referências.....	464

PARTE V

SISTEMAS ELEITORAIS E REFORMA POLÍTICA

CAPÍTULO 1

MAIS EXÓTICOS QUE JABUTICABAS? OS SISTEMAS ELEITORAIS BRASILEIROS

HELGA DO NASCIMENTO DE ALMEIDA, LARISSA PEIXOTO GOMES		469
1.1	Introdução: o que significa estudar o sistema eleitoral brasileiro?	469
1.2	Sistemas eleitorais e seus desdobramentos	470
1.3	Debatendo sistemas eleitorais: pensar em múltiplos encaixes	472
1.4	1891-1932: o período em que quase ninguém votava.....	474
1.4.1	Principais características.....	474
1.5	1932-1945: entre o fascismo getulista e a representação proporcional	479

1.5.1	Principais características.....	479
1.6	1945-1965: a curta esperança democrática	482
1.6.1	Principais características.....	482
1.7	1965-2017: ditadura, reabertura e reformas	486
1.7.1	Principais características.....	486
1.8	Conclusão: a jabuticaba eleitoral brasileira.....	490
	Referências.....	493

CAPÍTULO 2

DESAFIOS DO SISTEMA REPRESENTATIVO BRASILEIRO: SOBRE QUANDO A NORMATIVIDADE DOS IDEÓLOGOS E OS INTERESSES DOS AGENTES POLÍTICOS SE UNEM PARA PRODUZIR RESULTADOS OPOSTOS ÀS DEMANDAS DO PÚBLICO

EMERSON URIZZI CERVI.....		497
2.1	Introdução	497
2.2	A democracia moderna e sistemas políticos.....	500
2.3	Sistemas, instituições e ciclos políticos.....	503
2.4	Minirreforma eleitoral de 2015 e o encastelamento dos barões.....	508
2.5	Notas conclusivas	511
	Referências.....	512

CAPÍTULO 3

UMA ANÁLISE ECONÔMICA DA LEGISLAÇÃO REFERENTE AO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA NO BRASIL: REFORMAS E EFEITOS

ANA CLAUDIA SANTANO.....	515
3.1 A análise econômica do direito e o pensamento político	515
3.2 A trajetória histórica da legislação sobre o financiamento da política brasileira – a distância entre o mundo do ser e o do dever-ser.....	519
3.3 O conturbado estado da arte do sistema de financiamento da política no Brasil.....	522
3.4 A análise econômica do sistema de financiamento político no Brasil	525
3.4.1 O limite de gastos constante na Lei nº 13.165/15.....	526
3.4.2 As fontes de arrecadação de recursos e a restrição das doações de pessoas jurídicas	531
3.4.3 Os mecanismos de controle de entrada e de saída de recursos.....	535
3.5 Considerações finais: expectativa e pessimismo.....	537
Referências.....	538

CAPÍTULO 4

CANDIDATAS DE FACHADA: A VIOLÊNCIA POLÍTICA DECORRENTE DA FRAUDE ELEITORAL E DO ABUSO DE PODER E AS RESPOSTAS JURÍDICAS PARA EFETIVAÇÃO DOS GRUPOS MINORITARIAMENTE REPRESENTADOS

GEÓRGIA FERREIRA MARTINS NUNES, LORENA DE ARAÚJO COSTA SOARES.....		543
4.1	Introdução	543
4.2	As candidaturas de fachada em violação à cota feminina: violência política contra as mulheres na fraude eleitoral e no abuso de poder.....	546
4.2.1	Do cabimento da ação de impugnação de mandato eletivo (AIME): a incidência da fraude eleitoral.....	551
4.2.2	Do cabimento da ação de investigação judicial eleitoral para o combate da violência política contra as candidatas sob a ótica do abuso de poder.....	556
4.3	Das consequências advindas da violação do art. 10, §3º, da Lei nº 9.504/97: presença de candidatura de fachada punível com a cassação do registro/diploma/mandato de todos os candidatos beneficiados pela fraude/abuso de poder.....	559
4.4	A Justiça Eleitoral no combate às candidaturas femininas de fachada: análise dos recentes julgados relativos ao pleito municipal de 2016 e a expectativa para as eleições 2018	562
4.5	Conclusão	567
	Referências.....	568

SOBRE OS AUTORES.....	571
-----------------------	-----